



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000140-80.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Marco Antonio de Godoy Pereira e outros**  
 Embargado: **Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Médicos e Demais Prof da Saúde Reg Centro Paulista - UNICRED**

Vistos.

**MARCO ANTONIO DE GODOY PEREIRA, NADIR APARECIDA FACHIN DE GODOY PEREIRA e ROMEU JOSÉ SANTINI** opuseram embargos à execução que lhes move **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO CENTRO PAULISTA – UNICRED CENTRO PAULISTA**, alegando, em suma, que o contrato de mútuo objeto da execução está sendo discutido em ação revisional das obrigações assumidas, processo 1789-24.2013.8.26.0566, justificando a suspensão da execução, porquanto o saldo devedor contratual, por resultado da revisão, atinge R\$ 12.060,71 e não os quase R\$ 70.000,00 exigidos, o que decorre da ilegal cobrança de juros capitalizados e abusivos, gerando desproporção entre a prestação e a contraprestação, bem como a indevida cumulação de encargos moratórios.

A embargada refutou tais alegações, asseverando que os juros foram cobrados abaixo da taxa de mercado e que não estão sujeitos à limitação de 12% ao ano, aludindo, ainda, a inexistência de capitalização. Refutou a ocorrência de malícia na cobrança e imputou aos embargantes tal prática.

Manifestaram-se os embargantes.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

Deferiu-se providência de natureza cautelar, de exclusão do nome dos embargantes de cadastro de devedores.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

A matéria debatida nos embargos é praticamente a mesma apresentada em ação revisional promovida perante este juízo, de modo que a solução deve ser rigorosamente a mesma.

Houve contratação de empréstimo do valor de R\$ 165.000,00.

O saldo devedor seria pago em prestações mensais, sobre ele incidindo, a cada mês, os encargos previstos nos campos 4.5, 4.6 e 4.7, consoante a cláusula terceira do instrumento (fls. 47). Dizer que os encargos, sobretudo os juros remuneratórios, por óbvio, incidiriam mensalmente sobre o saldo devedor, a cada mês, significa indiscutivelmente a expressa previsão de capitalização mensal, porque sobre o saldo devedor de mês incidem os juros e, no mês seguinte, sobre essa soma (capital + juros), incidem os juros subsequentes.

Para a cobrança da capitalização mensal dos juros, faz-se necessária a presença, cumulativa, dos seguintes requisitos: (a) legislação específica possibilitando a pactuação, como nos contratos bancários posteriores a 31/3/2000 (MP nº 1.963-17/2000, reeditada pela MP nº 2.170-36/2001), em vigência em face do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001 (AgRg no REsp nº 1052298/MS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ª Turma, DJe 1/3/2010); e (b) expressa previsão contratual quanto à periodicidade, hipótese verificada no caso concreto.

Também é fato que o Superior Tribunal de Justiça já dirimiu a tese, para os efeitos do art. 543-C do CPC, estabelecendo que:

"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada" (Recurso Especial Nº 973.827 - RS (2007/0179072-3)).

**RECURSO ESPECIAL Nº 973.827 - RS (2007/0179072-3)**

**Relator Min. Luis Felipe Salomão**

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

A taxa de juros é relativamente modesta, quando comparada ao mercado interno, 1,30% ao mês. Aliás, os embargantes não demonstraram objetivamente a alegada abusividade ou desproporcionalidade, presumindo-se mesmo que houve conveniência na contratação do empréstimo, para livrarem-se de juros sabidamente mais elevados, os de títulos negociados e cheque especial (v. campo 4.8 FINALIDADE).

Não incide limitação à taxa anual de 12%.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL.**

**CONTRATO BANCÁRIO. PROVA PERICIAL DESNECESSÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO CABAL DO ABUSO.**

**NECESSIDADE.**

**SÚMULA 382 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS.**

**COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SÚMULAS 30, 294 E 472 DO STJ.**

1. O juiz é o destinatário da prova e a ele cabe analisar a necessidade de sua produção (CPC, arts. 130 e 131).

2. Nos contratos bancários não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, não se podendo aferir a exorbitância da taxa de juros apenas com base na estabilidade econômica do país, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, de que a referida taxa diverge da média de mercado.

3. "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (2ª Seção, REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 24.9.2012).

4. É legal a cobrança da comissão de permanência na fase de inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual e juros moratórios (Súmulas 30, 294 e 472 do STJ).

5. Para os contratos celebrados até 30.4.2008, data da revogação da Resolução CMN 2.303/1996, é válida a cláusula que estipulou a taxa de abertura de crédito. Outrossim, o pagamento do IOF pode ser objeto de financiamento acessório ao principal, ainda que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

submetido aos mesmos encargos contratuais (REsp repetitivos 1.251.331/RS e 1.255.573/RS, 2ª Seção, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, unânimes, DJe de 24.10.2013).

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 606.541/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 06/02/2015)

Além dos juros remuneratórios, haveria incidência de correção monetária com base na variação dos CDIs, mostrando-se oportuna a crítica dos autores, pois não se trata de índice medidor de variação da moeda. CDI é título emitido por instituições financeiras para captação de recursos de outras instituições financeiras; no jargão de mercado, corresponde à taxa de juros que remunera tais depósitos. Por isso, é inviável sua utilização como critério de correção monetária, preferível a adoção de mecanismos outros, previstos no próprio contrato, cláusula terceira, parágrafo segundo, a exemplo do IGP-M.

Perante a hipótese de inadimplência, por previsão da sexta cláusula contratual, passariam a incidir os encargos previstos nos campos 4.9, 4.10 e 4.11, quais sejam, juros mensais de 13%, equivalentes à taxa anual de 333,4523%, e multa de 2%. Identifico abuso nessa previsão, haja vista a majoração dos juros para o décuplo do valor original. Não há demonstração, a cargo da ré, tal a absurdidade do valor, de compatibilidade dessa taxa mensal com o mercado. Afasta-se sua aplicação, sem prejuízo de incidência dos juros à taxa contratada, da correção monetária e da multa de 2%, dentro do limite legal. Não haveria e não haverá aplicação de comissão de permanência, à falta de previsão contratual.

Houve contratação de um seguro, ilação tirada da anotação de cobrança mensal de certo percentual (campo 6, fls. 26), embora sem mencionar a Companhia Seguradora e, menos ainda, o número da apólice. Instada a justificar-se (fls. 185) e a exibir cópia da apólice (fls. 189), a ré argumentou tratar-se de seguro prestamista, para a hipótese de óbito do mutuário (fls. 187), e exibiu cópia de uma apólice (fls. 192). Tal apólice, com vigência a partir de 1º de março de 2010 (fls. 192), é posterior ao contrato de empréstimo, portanto a ele inaplicável. Por isso a exclusão do acréscimo mensal. Mesmo se surgir agora, posteriormente à prolação de sentença, informação de existência de apólice anterior, ainda assim caberia crítica à ré, por falta de transparência, ausência de boa-fé objetiva (Código Civil, artigo 422) no trato com os autores, omitindo no contrato informação clara a respeito do contrato de seguro, vigência, número de apólice, valores, etc. Daí a determinação para exclusão do respectivo montante, desse suposto seguro, do valor da prestação mensal.

Haverá modificação do saldo devedor, pela exclusão dos juros de inadimplência, razão para determinar-se a exclusão do nome dos autores de cadastro de devedores, até quantificação do resultado, o que demanda apenas trabalho aritmético, que não compromete a execução em si. Bem por isso, a suspensão dos débitos mensais em conta bancária, até definição do valor exato.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

A mora em si ficou configurada, pela falta de pagamento da prestação mensal, repelida a argumentação de abuso na taxa de juros. Os encargos ora afetados são os de inadimplência, não os de normalidade, e mesmo a modificação do valor da prestação mensal, além de modesta, decorre da opção dos autores, de afastarem a proteção securitária, que existiria ou não. Haverá, possivelmente, uma pequena alteração também pelo motivo da modificação do critério de correção monetária, IGP-M em lugar da variação do CDI.

Na ação revisional não houve depósito dos valores cogitados pelos autores e apontados na petição inicial, o que comprometeu a pretensão consignatória, que nem mesmo pareceu real, pois faltou o depósito. No entanto, para obtenção de provimento cautelar nos embargos, depositaram certo valor, de modo que, a partir do depósito, em relação ao respectivo montante, não incidem encargos moratórios.

Incorre comprometimento da executividade do contrato, pois a revisão do saldo devedor exige meros cálculos aritméticos.

Não houve litigância maliciosa, mas apenas debate jurídico em torno da relação contratual.

Diante do exposto, **acolho em parte os embargos** e o faço para reduzir o valor da cobrança, por efeito da revisão do valor da prestação mensal do financiamento, mediante exclusão da parcela atinente ao prêmio do suposto seguro referido no campo 6 e exclusão da incidência da variação do CDI como critério de correção monetária, sem prejuízo da incidência da variação do IGP-M. Mantenho a incidência de cláusula previdente de capitalização mensal dos juros. Determino, ainda, a revisão do saldo devedor contratual, por efeito da exclusão da incidência dos juros de inadimplência previstos nos campos 4.9 e 4.10 do contrato. Vedo a inclusão do nome dos autores em cadastros de devedores, na pendência da apuração do exato saldo devedor contratual, o que não compromete a executividade do título, exigindo simples cálculos aritméticos.

Em relação ao valor depositado nos autos, desde a respectiva data, cessa a incidência de encargos moratórios.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**